



SEÇÃO TEMÁTICA



Quando a agressora é mulher: representações sociais de violência contra a mulher na mídia impressa

Gabriela Bastianello, *Universidade Federal do Espírito Santo*

Mariana Bonomo, *Universidade Federal do Espírito Santo*

Julia Alves Brasil, *Universidade de Rennes*

Resumo: Este estudo teve como objetivo investigar as representações sociais de violência contra a mulher praticada por outras mulheres a partir da análise de notícias veiculadas em um jornal capixaba, publicadas entre os anos de 2006 e 2021. Foram coletadas 726 peças jornalísticas, que agrupadas, constituíram 511 casos de violência contra a mulher. Os dados foram tratados a partir da análise de conteúdo e da análise estatística por meio do teste multinomial de Monte Carlo. Na análise de conteúdo, foram identificadas sete categorias temáticas: descrição do ato de violência, quem é a vítima?, quem é a agressora/acusada?, motivação para a violência, relação entre vítima e agressora/acusada, trajetória do caso e dimensão afetiva para vítima, agressora/acusada e terceiros frente à violência ocorrida. Os resultados apontaram as representações de violência contra a mulher praticada por outra mulher objetivada na violência física e permitiram discutir as motivações para a violência, as dimensões afetivas da violência e a integração dos serviços no atendimento às vítimas. Destaca-se a necessidade de realização de novos estudos que tenham como objetos de pesquisa mulheres que agrediram ou foram agredidas por outras mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra a mulher. Mídia. Representações sociais.



Introdução¹

A violência sempre esteve presente na história da humanidade, se configurando como fenômeno complexo e multifacetado, que é criado, desenvolvido e mantido pela convivência social (DIAS et al., 2020; SARAIVA; COUTINHO, 2012), tendo assumido diferentes formas e conceitos, de acordo com o tempo e a cultura em que é produzido (CHAUI, 2000; RIBEIRO, COUTINHO, 2011). Apesar de ser polissêmica, é possível conceituar violência como o uso intencional da força física ou do poder, resultando ou podendo resultar em danos físicos, psicológicos, deficiência de desenvolvimento ou privação (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002). Ao mesmo tempo, configura-se como o

exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária a si, contrária aos seus interesses e desejos, contrária ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis (CHAUI, 2000, p. 432).

Ao ultrapassar os limites que regem as relações sociais e agir de forma não consentida, investindo-se contra a natureza, a vontade ou a liberdade de algum sujeito, se estabelece uma relação na qual um dos envolvidos configura-se como sujeito e o outro como objeto, que é negado em sua subjetividade e passa a ser visto como uma coisa invisível e inerte, sendo passível de uso para a vontade de alguém (CHAUI, 2019; CORTEZ, SOUZA, 2008).

Uma das diversas formas de manifestação da violência é a violência contra mulheres, que tem por base o gênero (FONSECA, RIBEIRO, LEAL, 2012) e é marcada pela imposição de uma ideia de superioridade entre homens e mulheres (ACOSTA et al., 2018; BRUHN, LARA, 2016), a qual estabelece o primeiro como dominante, forte e ativo e a segunda como passiva, frágil e emotiva (CORTEZ, SOUZA, 2008). Essa posição de superioridade é destinada aos homens através do sistema patriarcal, que é historicamente construído, atravessa a sociedade e se infiltra nas relações, sustentando estruturas de poder desiguais, que conferem direitos aos homens sobre o corpo e a autonomia das mulheres, sendo elas vistas como objetos e disponíveis para uso (SAFFIOTI, 2015).

¹ A presente pesquisa foi financiada pela bolsa de mestrado da primeira autora concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).



Ao tratar das diferenças entre homens e mulheres, é importante destacar que as implicações dessas diferenças não refletem e influenciam apenas nas relações homem-mulher, mas também nas relações homem-homem e mulher-mulher (CORTEZ, SOUZA, 2008; SAFFIOTI, 2001). Segundo Saffioti (2001, p. 116), o poder é atribuído aos homens, mas isso não os impede de transmiti-lo para outros sujeitos, de modo que “a ordem patriarcal de gênero, rigorosamente, prescinde mesmo de sua presença física para funcionar”. Sendo assim, diversas violências podem ser cometidas contra mulheres sem que os agressores sejam, necessariamente, homens.

As investigações desenvolvidas acerca da violência contra a mulher se referem, comumente, às relações íntimas de afeto e de natureza heterossexual, nas quais a mulher é a principal vítima e o homem o agressor (SANTOS, CARIDADE, 2017). No entanto, ao se dar mais atenção às agressões cometidas dentro de relacionamentos heteroafetivos no sentido homem-mulher e explorar menos outros tipos de relacionamentos e vínculos, contribui-se para a invisibilidade desse fenômeno e se desconsidera sua multiplicidade e complexidade (CABALOUÉ, 2014).

A violência contra a mulher pode se apresentar de diversas formas e assumir diferentes tipos ou configurações (SILVA, COELHO, CAPONI, 2007; ZANCAN, WASSERMANN, LIMA, 2013). O tipo mais perceptível e que aparece com mais frequência nos discursos é a violência física (CRUZ, ESPÍNDULA, TRINDADE, 2017; RIBEIRO, COUTINHO, 2011), que se caracteriza por qualquer conduta que cause ou tente causar dano para a integridade física ou saúde corporal da mulher (BRASIL, 2006; SILVA, COELHO, CAPONI, 2007), como tapas, socos, empurrões, tentativa de feminicídio ou até mesmo morte. Outro tipo que possui grande ocorrência é a violência psicológica (FONSECA, RIBEIRO, LEAL, 2012), que, por sua vez, se qualifica como qualquer ação ou omissão que cause danos à saúde psicológica e emocional, diminua a autoestima, prejudique o pleno desenvolvimento ou controle o comportamento, as crenças e/ou as decisões através de ameaças, humilhações, perseguição, ridicularização, chantagem, violação da intimidade, manipulação, isolamento, dentre outras ações (BRASIL, 2006; SILVA, COELHO, CAPONI, 2007).

Um terceiro tipo de violência é a sexual, que consiste em qualquer comportamento que obrigue a mulher a participar, manter ou presenciar relação sexual não desejada, que a induza a comercializar sua sexualidade, que lhe impeça o uso de qualquer método contraceptivo,



que lhe obrigue ao aborto, ao casamento ou à gravidez ou, ainda, qualquer conduta que limite ou anule o controle sobre seu corpo ou seus direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006; DIAS et al., 2020; SILVA, COELHO, CAPONI, 2007). A violência patrimonial, por sua vez, se caracteriza como a retenção, a subtração ou a destruição total ou parcial de bens, objetos, documentos, instrumentos de trabalho ou recursos econômicos, incluindo aqueles destinados à satisfação de suas necessidades (BRASIL, 2006; DIAS et al., 2020). Por fim, tem-se a violência moral, que é qualquer conduta que configure calúnia, difamação e/ou injúria (BRASIL, 2006; DIAS et al., 2020).

Por ser um fenômeno complexo e socialmente construído, a violência contra a mulher tem sido representada de diferentes formas ao longo do tempo e entre os diversos grupos de uma sociedade (CRUZ, ESPÍNDULA, TRINDADE, 2017; NÓBREGA et al., 2019). Compreender como esse fenômeno tem sido percebido e retratado no cotidiano pode contribuir para se repensar práticas e reelaborar significados acerca da mulher e dos seus papéis na sociedade (NÓBREGA et al., 2019).

O compartilhamento de concepções e significados ou as “teorias” formuladas e partilhadas pelos sujeitos ou pelos grupos acerca de determinado objeto social compreende o que Moscovici (2020) denominou de representações sociais, que tem por finalidade tornar familiar aquilo que é desconhecido (JODELET, 1984; TRINDADE, SANTOS, ALMEIDA, 2011). Assim, é possível compreender e explicar a realidade social, orientando as condutas e servindo como artifício para justificar comportamentos e práticas sociais (JODELET, 1984; HERZLICH, 1991; MOSCOVICI, 2020).

Em sua gênese, as representações sociais apresentam dois processos fundamentais, que se articulam, quais sejam, a ancoragem e a objetivação. O processo de ancoragem transforma o estranho em familiar, nomeando e classificando determinado objeto a partir de categorias preexistentes (MOSCOVICI, 2020), se constituindo como uma âncora, que atua estabilizando o meio e permitindo a construção das representações acerca de um novo objeto com base em representações preexistentes (JODELET, 1984; TRINDADE, SANTOS, ALMEIDA, 2011; VALA, 2004). O processo de objetivação, por sua vez, se constitui na tentativa de concretizar aquilo que é abstrato, atribuindo uma imagem a um conceito (JODELET, 1984; MOSCOVICI, 2020). Dessa forma,

trata-se de privilegiar certas informações em detrimento de outras, simplificando-as, dissociando-as de seu contexto original de



produção e associando-as ao contexto do conhecimento imagético do sujeito ou do grupo (TRINDADE, SANTOS, ALMEIDA, 2011, p. 147).

As representações sociais são construídas e mantidas através das interações dos sujeitos no cotidiano, tendo os meios de comunicação um papel fundamental para sua elaboração, pois oferecem informação e pontos de discussão que facilitam e permitem a comunicação nas relações cotidianas (CAJIGA, 2011). Ao investigar as representações sociais presentes em meios midiáticos, como o jornal, é possível “explorar diferentes dimensões de construção de objetos sociais culturalmente relevantes” (SOUSA, ACIOLI NETO, SANTOS, 2019, p. 227), uma vez que esses meios “lidam com a fabricação, reprodução e disseminação de representações sociais que fundamentam a própria compreensão que os grupos sociais têm de si mesmos e dos outros” (ALEXANDRE, 2001, p. 116).

Levando em conta essas considerações, este estudo teve por objetivo investigar as representações sociais de violência contra a mulher praticada por outras mulheres, a partir da análise de notícias veiculadas em um jornal capixaba, publicadas entre os anos de 2006 e 2021.

Método

Este trabalho, de natureza documental e caráter exploratório-descritivo, foi desenvolvido a partir da análise de peças jornalísticas publicadas no jornal capixaba A Tribuna, que possui ampla circulação no estado do Espírito Santo e, atualmente, é publicado nas versões *online* e impressa. A escolha deste jornal como fonte de dados justifica-se pelo fato de o jornal disponibilizar as edições anteriores em acervo virtual de forma gratuita e *online*.

Para compor o banco de dados foram selecionadas peças jornalísticas que abordavam casos de violência contra a mulher que tinham como única autora outra mulher e foram publicadas entre os anos de 2006 e 2021. Este recorte temporal leva em consideração a promulgação da Lei Maria da Penha - Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006. O caderno utilizado para coleta de dados foi o Noticiário, sendo selecionadas, após avaliação prévia, as seções Reportagem Especial, Cidades, Polícia, Economia, Política e Internacional.

Quanto aos critérios de inclusão para consideração das peças jornalística, selecionou-se apenas aquelas que faziam referência a algum caso de violência contra a mulher, cuja única autora/acusada era uma



mulher. Dessa forma, foram desconsideradas reportagens que abordavam aspectos técnicos da violência, como dados, descrição de determinado tipo de violência ou descrição do perfil da vítima e do agressor; e que tinham como autores indivíduos pertencentes a outro gênero, que não apenas o feminino. Ainda no que se refere à seleção do material para composição do corpus de dados, é importante fazer algumas considerações a respeito da violência patrimonial, que apresenta em seu conteúdo eventos como roubos e furtos. Apesar desses crimes serem considerados uma violência urbana, que afeta homens e mulheres e as estatísticas não serem tratadas a partir do gênero das vítimas, para os fins dessa pesquisa, esses casos foram considerados, pois, no decorrer da leitura das edições do jornal, foram encontradas peças que abordavam a preferência de alguns criminosos por assaltar mulheres, vistas como potenciais vítimas que apresentariam menores chances de reagir, facilitando o crime.

Para a coleta de dados foi realizada, primeiramente, a leitura dos títulos das peças jornalísticas que compunham as seções pré-estabelecidas. Em seguida, a partir do título, as peças que apresentavam possibilidade de abordar algum caso de violência contra a mulher foram lidas integralmente para avaliar se seriam ou não consideradas. Foram lidas integralmente também peças que apresentavam no título a ocorrência de violência, mas que não permitiam a identificação do gênero da vítima. As peças que atendiam aos critérios de inclusão tiveram seus títulos e conteúdos inseridos em um arquivo de texto para posterior tratamento e análise dos dados.

Com os dados coletados, foi realizado um processo de organização do banco de dados, que consistiu em duas etapas simultâneas, quais sejam: 1) as peças jornalísticas foram agrupadas por tipo de violência principal relatada, podendo ser classificadas, de acordo com a ação descrita, como violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual; e 2) por casos; ou seja, como alguns eventos foram retratados no jornal por mais de uma peça jornalística, todas aquelas que se referiam a um mesmo caso foram agrupadas. Sendo assim, foram selecionadas um total 767 peças jornalísticas, que, organizadas, representam 511 casos de violência contra a mulher cometidas apenas por outras mulheres.

Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo temático-categorial, que se configura como um conjunto de técnicas que busca descrever e sistematizar o conteúdo emitido no processo de comunicação, sendo possível identificar os diversos temas abordados no



material analisado (BARDIN, 2002; OLIVEIRA, 2008). Os procedimentos específicos adotados foram: 1) leitura flutuante do material; 2) definição de hipóteses provisórias; 3) determinação de Unidades de Registro (UR); 4) associação das UR a unidades de significação ou temas; 5) análise temática das UR; 6) análise categorial do texto; 7) tratamento e apresentação dos resultados; e 8) discussão dos resultados e retorno ao objeto de estudo (OLIVEIRA, 2008). Para exploração do nível de significância das categorias no interior do conjunto de dados analisados, foi realizada análise estatística a partir do teste multinomial de Monte Carlo. Os softwares utilizados foram o IBM SPSS *Statistics version 24* e o R versão 4.2.1.

Resultados

A partir da análise dos dados, foram identificadas sete categorias temáticas, sendo elas: 1). descrição do ato de violência, 2). quem é a vítima?, 3). quem é a agressora/acusada?, 4). motivação para a violência, 5). relação entre vítima e agressora/acusada, 6). trajetória do caso, e 7). dimensão afetiva para vítima, agressora/acusada e terceiros frente à violência ocorrida. Na Tabela 1, é apresentada a síntese das categorias encontradas no material analisado.

Tabela 1- Categorias temáticas, descrição das categorias e exemplos de unidades de registro

Categoria temática	Descrição da categoria	Exemplos de unidades de registro
Descrição do ato de violência	Descreve a violência localizando-a geográfica (onde) e temporalmente (quando), apresentando o instrumento utilizado, o que foi/está sendo feito, abordando o planejamento, desenvolvimento e/ou execução do ato violento e as intenções da agressora/acusada e descreve os acontecimentos anteriores que culminaram no ato violento propriamente dito.	“(…) abandonou (….) numa casa desocupada em Alto Camargo, Venda Nova do Imigrante, no dia 16 de março de 2007. (….) enrolada em uma manta”. (Violência física)
Quem é a vítima?	Aborda características que descrevem e/ou identificam as vítimas.	“(…) uma estudante de 12 anos (…). E ela é tão inteligente e tem ótimas notas, afirmou a avó”. (Violência psicológica)
	Menciona aspectos que descrevem e/ou identificam as agressoras/acusadas e o	“Segundo comerciantes, a jovem grávida, que aparenta ter 25 anos e é morena clara e de estatura baixa, age



Quando a agressora é mulher:

representações sociais de violência contra a mulher na mídia impressa

Quem é a agressora/acusada?	seu histórico com outras violências (além daquela que motivou a reportagem).	com outras mulheres. Todas suspeitas de golpe na região. A outra assaltante é morena clara, aparenta ter 35 anos, estava bem-vestida e usava óculos”. (Violência patrimonial)
Motivação para a violência	Motivos que levaram as agressoras/acusadas a agredirem a vítima.	“A princípio, a suspeita teria praticado o crime por não ter aceitado o fim do relacionamento”. (Violência física)
Relação entre vítima e agressora/acusada	Descreve aspectos da relação entre as partes, abordando as características da relação, o vínculo entre vítima e agressora/acusada e outras violências já sofridas pela vítima provocadas pela agressora/acusada, que não a violência principal que motivou a notícia.	“Segundo a avó, na semana passada, a menina chegou a ser coagida pela autora das ameaças, mas escapou porque estava acompanhada de dois amigos”. (Violência psicológica)
Trajetória do caso	Aborda os caminhos seguidos pela vítima e/ou pessoas próximas ou familiares para buscar soluções ou estratégias para apaziguar, resolver, investigar, denunciar ou punir a violência praticada, envolvendo diversos atores sociais ou instituições. Aborda também as possíveis penas aplicadas, segundo a lei.	“As prisões são parte de investigações que estavam acontecendo há três meses. Uma ligação internacional foi interceptada pela PF na semana passada com autorização da Justiça”. (Violência sexual)
Dimensão afetiva para vítima, agressora/acusada e terceiros frente à violência ocorrida	Descreve sentimentos da vítima ou de terceiros em relação à violência ou durante o ato violento, o desejo em relação ao que deve ser feito com a agressora/acusada, a reação durante ou após a violência e as consequências (ou possíveis consequências) da violência para essas pessoas. Aborda também como a agressora/acusada reagiu ao ato violento ou à prisão.	“Com medo, a jovem tem evitado ir à escola e passa a maior parte do tempo em casa”. (Violência psicológica)

Fonte: Autoras da pesquisa

Cada categoria possui subcategorias temáticas, que estão listadas na Tabela 2. Essa tabela apresenta também o número absoluto e relativo de casos em que houve manifestação de determinado conteúdo, bem como os valores das correlações, estando organizada por tipo de violência.

Tabela 2- Comparação das subcategorias observadas para cada tipo de violência e categoria

Categorias	Subcategorias*	Violência física (n=402)		Violência moral (n=7)		Violência patrimonial (n=39)		Violência psicológica (n=38)		Violência sexual (n=25)	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
		Descrição do ato de violência	Onde	340	25,06	4	25,00	38	28,15	30	25,86
Quando	308		22,70	3	18,75	35	25,93	23	19,83	6	11,76



	Instrumento	153	11,27	0	0,00	6	4,44	7	6,03	0	0,00
	O que foi/está sendo feito	401	29,55	7	43,75	39	28,89	38	32,76	25	49,02
	Acontecimentos anteriores	120	8,84	1	6,25	13	9,63	10	8,62	1	1,96
	Intenção da agressora/ acusada	35	2,58	1	6,25	4	2,96	8	6,90	1	1,96
	Valor p***	< 0,001		0,028		0,021		0,016		0,002	
Quem é a vítima?	Características físicas	33	4,56	1	7,69	2	2,74	5	8,77	3	10,00
	Características comportamentais/emocionais	39	5,39	0	0,00	1	1,37	4	7,02	2	6,67
	Características financeiras/sociais	43	5,94	1	7,69	2	2,74	3	5,26	1	3,33
	Nome	91	12,57	3	23,08	3	4,11	2	3,51	0	0,00
	Faixa etária/idade	347	47,93	3	23,08	33	45,21	24	42,11	22	73,33
	Ocupação/profissão	171	23,62	5	38,46	32	43,84	19	33,33	2	6,67
	Valor p***	< 0,001		0,170		0,006		0,003		< 0,001	
Quem é a agressora/acusada?	Características físicas	16	2,37	0	0,00	10	15,15	0	0,00	0	0,00
	Características comportamentais/emocionais	88	13,02	0	0,00	3	4,55	7	12,96	1	2,78
	Características financeiras/sociais	48	7,10	1	14,29	2	3,03	4	7,41	1	2,78
	Nome	105	15,53	2	28,57	18	27,27	6	11,11	11	30,56
	Faixa etária/idade	274	40,53	1	14,29	29	43,94	20	37,04	16	44,44
	Ocupação/profissão	145	21,45	3	42,86	4	6,06	17	31,48	7	19,44
	Histórico da agressora/acusada em relação a outras violências	7	1,04	0	0,00	5	7,58	1	1,85	0	0,00
	Valor p***	< 0,001		0,333		0,039		0,020		0,005	
Motivação para a violência	Ciúmes/ não aceitar término	71	34,30	0	0,00	1	16,67	9	45,00	0	0,00
	Uso de álcool e outras drogas	11	5,31	0	0,00	2	33,33	0	0,00	0	0,00
	Inveja/ vingança	19	9,18	0	0,00	0	0,00	1	5,00	0	0,00
	Fofoca	13	6,28	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Conflitos	83	40,10	1	100,00	0	0,00	7	35,00	0	0,00
	Situação financeira	10	4,83	0	0,00	3	50,00	3	15,00	0	0,00
	Valor p***	0,041		**		0,213		< 0,001		**	
Relação entre vítima e agressora/acusada	Histórico da relação	84	23,40	0	0,00	4	40,00	6	18,75	0	0,00
	Características da relação	24	6,69	0	0,00	0	0,00	2	6,25	0	0,00
	Tipo de vínculo	251	69,92	2	100,00	6	60,00	24	75,00	11	100,00
	Valor p***	< 0,001		**		0,044		< 0,001		< 0,001	
Trajetória do caso	Pedido de ajuda	61	9,30	0	0,00	12	16,90	8	12,70	0	0,00
	Serviços citados	312	47,56	4	40,00	33	46,48	26	41,27	20	40,82
	Investigação	63	9,60	3	30,00	3	4,23	10	15,87	14	28,57
	Resolução/ encaminhamento	220	33,54	3	30,00	23	32,39	19	30,16	15	30,61
	Valor p***	< 0,001		0,252		< 0,001		0,004		< 0,001	
Dimensão afetiva para vítima, agressora/acusada e terceiros frente à violência ocorrida	Reação da vítima	154	58,33	0	0,00	13	86,67	13	72,22	0	0,00
	Reação de terceiros	69	26,14	0	0,00	1	6,67	3	16,67	2	100,00
	Reação da agressora/acusada	41	15,53	1	100,00	1	6,67	2	11,11	0	0,00
	Valor p***	< 0,001		**		< 0,001		0,005		**	

* Somente as respostas sim; ** Não foi computada a estatística porque a amostra é muito reduzida; *** Teste multinomial de Monte Carlo, significativo se $p < 0,050$.

Fonte: Autoras da pesquisa.

Nos casos de violência física (n=402), estiveram presentes crimes como agressão, espancamento, negligência, abandono, maus tratos,



homicídio e tentativa de homicídio. Já na violência moral (n=7), foram identificados os crimes de racismo, injúria e difamação. Na violência patrimonial (n=39) surgiram, principalmente, casos de assalto, furto, golpes e, em menor quantidade, destruição de patrimônio. Na violência psicológica (n=38), por sua vez, surgiram os crimes de ameaça, perseguição, humilhação, sequestro, agressões verbais, compartilhamento de fotos íntimas e venda de crianças. Por fim, na violência sexual (n=25), foram relatados casos de exploração sexual, tráfico de mulheres, abuso sexual e obrigatoriedade à gravidez.

Considerando os tipos de violência, utilizando o teste multinomial de Monte Carlo para compará-los, o valor apresentado foi $p < 0,001$. Esse dado sugere que houve diferença significativa entre suas prevalências nos casos apresentados pelo jornal, de modo que a mais prevalente foi a violência física, representando 81,40% do total de casos analisados, e a violência moral a menos prevalente, sendo 0,96% dos casos. A violência patrimonial, por sua vez, apresentou 7,30%, a psicológica 6,91% e a sexual 3,43% de prevalência.

No que diz respeito à organização das categorias observadas, a categoria “descrição do ato de violência” foi composta por seis subcategorias. A subcategoria “onde” localiza geograficamente o caso, citando o país, o estado, a cidade, o bairro e o tipo de espaço, se público ou privado, tendo uma predominância de casos ocorridos no estado do Espírito Santo e na região da Grande Vitória, composta pelos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Fundão e Guarapari. Nessa subcategoria há uma variedade de espaços nos quais a violência ocorreu, podendo ser em vias públicas, escolas, unidades de saúde, bares, presídios ou residências. Ao abordar “quando” o fato aconteceu, as peças localizam temporalmente a violência, especificando o dia, a data, o ano e/ou o turno em que ocorreram. Sobre o “instrumento” utilizado para a prática da violência e o que foi feito com esse objeto, é possível observar uma variedade de instrumentos com destaque para armas como facas e instrumentos “alternativos”, como água, óleo ou panelas quentes, pedaços de madeira. A partir da descrição de “o que foi/está sendo feito”, é possível compreender o tipo de violência, pois informa a ação realizada, como agredir, esfaquear, roubar, ameaçar, entre outras, dando detalhes de como a ação ocorreu. Essa subcategoria aborda também o planejamento, o desenvolvimento e a execução da violência. No que se refere aos “acontecimentos anteriores”, as peças jornalísticas relatam situações e eventos que aconteceram antes do ato de violência, que



culminaram nele, como, por exemplo, uma discussão ou a descoberta de uma traição. A “intenção da agressora/acusada”, por sua vez, aborda, seja a partir do relato da própria agressora/acusada, da vítima ou das autoridades responsáveis pelo caso, se a intenção da agressora/acusada foi a de causar algum dano à vítima ou não. Dentro dessa categoria, a subcategoria “o que foi/está sendo feito” foi a que apresentou maior prevalência em todos os tipos de violência (física= 401; moral= 7; patrimonial= 39; psicológica= 38; sexual= 25) (Tabela 2). No que se refere à significância dessa categoria, para todos os tipos de violência, ela se mostrou significativa (física: $p < 0,001$; moral: $p = 0,028$; patrimonial: $p = 0,021$; psicológica: $p = 0,016$; sexual: $p = 0,002$) (Tabela 2).

As categorias “quem é a vítima?” e “quem é a agressora/acusada?” informam sobre as partes envolvidas na violência, auxiliando na elaboração de uma imagem dessas mulheres a partir de “características físicas”, “características emocionais/comportamentais” e “características financeira/social”. Tanto para vítima como para a agressora/acusada, as “características físicas” são descritas a partir de determinadas referências, como estar grávida e possuir determinada condição de saúde, além de descrições das vestimentas. Esse último aspecto é relevante, principalmente para a agressora/acusada que cometeu violência patrimonial, pois essas características podem ajudar na possível identificação da agressora/acusada. Outras características como ser bonita e ter determinado tipo de cabelo são utilizadas para descrever as vítimas e não aparecem para as agressoras. Nota-se que as “características físicas” da agressora/acusada são descritas apenas nas violências física e patrimonial, estando ausentes nas demais, enquanto as vítimas são fisicamente descritas em todas as violências. No que diz respeito às “características comportamentais/emocionais”, as vítimas são descritas como uma pessoa boa, querida, tranquila, estudiosa, vaidosa, enquanto as agressoras/acusadas são mencionadas como agressivas, encenqueiras, desobedientes e com problemas escolares. Com isso, pode-se perceber a associação de qualidades positivas às vítimas e negativas às agressoras/acusadas. Ainda sobre as “características comportamentais/emocionais”, tanto vítimas quanto agressoras/acusadas aparecem, em alguns casos, como sendo usuárias ou por estar sob efeito de álcool ou outras drogas no momento da violência. Porém, essa questão é mais expressiva para as agressoras/acusadas. Possuir determinadas condições psicológicas, como desequilíbrio e transtornos mentais, também é um traço marcante para agressoras/acusadas. No que concerne às “características



financeiras/sociais”, aparecem conteúdos relativos aos locais de moradia das envolvidas na violência, às condições de trabalho, ao estado civil ou ao parentesco com outras pessoas não envolvidas na violência.

As formas de identificação das vítimas de violência e das agressoras/acusadas são através do “nome”, da “faixa etária/idade” e da “ocupação/profissão”. Em diversos casos de violências, por questões de proteção, é possível identificar a vítima apenas pela faixa etária, não sendo divulgado nome e/ou profissão/ocupação. Isso ocorre, principalmente, em casos nos quais as vítimas são crianças, estando essa medida prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) ou quando a própria vítima pede para ter a identidade preservada por medo de sofrer represálias. Além disso, tem-se presente nos casos, vítimas e agressoras/acusadas de todas as faixas etárias, podendo ser crianças, adolescentes, jovens, adultas e idosas. Uma subcategoria observada apenas para “quem é a agressora/acusada?” é o “histórico da agressora/acusada em relação à outras violências”, para além da violência descrita no caso, como homicídio, golpes, roubos praticados contra outras pessoas em outro período.

Para a categoria “quem é a vítima?”, observou-se que a subcategoria de maior prevalência é a faixa “etária/idade” e esta foi mais prevalente para o tipo de violência física (f=347), patrimonial (f=33,) psicológica (f=24) e sexual (f=22) (Tabela 2); já a subcategoria de “ocupação/profissão” foi mais significativa para o tipo de violência moral (f=5) (Tabela 2). Para a categoria “quem é a agressora/acusada?”, observou-se como subcategoria mais frequente a “faixa etária/idade” e esta foi mais preponderante para o tipo de violência física (f= 274), patrimonial (f=29), psicológica (f=20) e sexual (f=16), e a subcategoria de “ocupação/profissão” foi mais prevalente para o tipo de violência moral (f=3) (Tabela 2). Para ambas as categorias, não foi observada significância para a violência moral (“quem é a vítima”: p= 0,170; “quem é a agressora”: p= 0,333) (Tabela 2). Em contrapartida, essas categorias se apresentaram relevantes para as violências física (“quem é a vítima”: p< 0,001; “quem é a agressora”: p< 0,001), patrimonial (“quem é a vítima”: p= 0,006; “quem é a agressora”: p= 0,039), psicológica (“quem é a vítima”: p= 0,003; “quem é a agressora”: p= 0,020) e sexual (“quem é a vítima”: p< 0,001; “quem é a agressora”: p= 0,005) (Tabela 2).

Dentre as “motivações para violência” destacadas nas peças jornalísticas, encontram-se o “ciúme/não aceitar término”. Nessa subcategoria tem-se, principalmente, a disputa de mulheres por algum



homem, de modo que as violências são cometidas por ex-companheiras contra as atuais ou vice-versa ou, ainda, pelas companheiras contra outras mulheres com as quais seu companheiro esteja se relacionando. Aparece também a violência praticada por ciúme ou por não aceitar o término de relações homoafetivas. Outros motivos apontados são o “uso de álcool e outras drogas” como desencadeadores dos episódios violentos, “inveja/vingança” da agressora/acusada contra a vítima, “fofoca” inventada contra a vítima, “situação financeira”, que relata as dificuldades de mulheres em criar uma criança ou dívidas que as agressoras/acusadas possuíam, ou “conflitos”, que são desentendimentos na esfera familiar, escolar ou entre vizinhos, que acabam resultando em violências. A categoria “motivação para a violência” apresentou a subcategoria dos “conflitos” como a de maior prevalência para a violência física ($f=83$) e moral ($f=1$), a subcategoria “ciúmes/não aceitar término” para a violência psicológica ($f=9$) e a “situação financeira” foi mais prevalente para a violência patrimonial ($f=3$) (Tabela 2). Para violência sexual, não houve registro de nenhuma subcategoria, ou seja, não foram apresentados motivos para os atos de violência sexual ($f=0$) (Tabela 2). No que se refere ao nível de significância dessa categoria, para as violências moral e sexual não foi possível realizar as análises devido à baixa ocorrência de dados. Já, para as violências física ($p= 0,041$) e psicológica ($p< 0,001$), houve significância, ao contrário da violência patrimonial ($p= 0,213$) (Tabela 2), que não apresentou significância.

Na categoria “relação entre vítima e agressora/acusada”, encontra-se o “tipo de vínculo” entre vítima e agressora/acusada, podendo esse vínculo ser familiar, amoroso, de amizade, escolar, de trabalho ou ainda ser companheira ou ex-companheira de um homem com o qual a vítima tem ou teve uma relação. Há também o “histórico da relação”, que relata outras violências sofridas pela vítima e praticadas pela agressora/acusada ou o desenvolvimento da relação até chegar à prática de violências. A “característica da relação” aborda os aspectos da relação, como ser conturbada ou a prática de carinho por uma das partes, por exemplo, ou determinadas exigências feitas dentro da relação ou, ainda, a forma como a relação funciona. Nessa categoria, a subcategoria de maior prevalência para todos os tipos de violência foi o “tipo de vínculo” (física: $f= 251$; moral: $f= 2$; patrimonial: $f= 6$; psicológica: $f= 24$; sexual: $f= 11$) (Tabela 2). No que se refere ao nível de significância, novamente, para a violência moral não foi possível realizar as análises devido à baixa ocorrência de dados. Já para as violências



física ($p < 0,001$), patrimonial ($p = 0,044$), psicológica ($p < 0,001$) e sexual ($p < 0,001$) (Tabela 2) os dados se mostraram significativos.

Ao descrever a trajetória do caso, as peças jornalísticas abordam o “pedido de ajuda” que as vítimas fazem a pessoas ou a instituições, buscando resolver a violência sem judicializá-la, os “serviços citados”, que correspondem aos serviços que foram utilizados pela vítima para resolver a situação de violência. Esses serviços podem ser policiais (polícia militar, delegacia), de saúde (hospital, pronto atendimento), de justiça (julgamento do caso) ou de segurança (presídio, medida protetiva). Além disso, são abordados também o processo de investigação dos casos, as estratégias utilizadas para solucionar o caso e o indiciamento das agressoras/acusadas até que se tenha uma “resolução/encaminhamento”, que é a etapa final do caso retratada até o momento de publicação da peça jornalística. Para essa categoria, a subcategoria de maior prevalência foi a de “serviços citados”, sendo maior em todos os tipos de violência (física: $f = 312$; moral: $f = 4$; patrimonial: $f = 33$; psicológica: $f = 26$; sexual: $f = 20$) (Tabela 2). A significância dessa categoria, por sua vez, se mostrou importante nas violências física ($p < 0,001$), patrimonial ($p < 0,001$), psicológica ($p = 0,004$) e sexual ($p < 0,001$) (Tabela 2). Para a violência moral ($p = 0,252$) (Tabela 2) não houve nível de significância.

Por fim, na categoria “dimensão afetiva”, estão presentes sentimentos da vítima ou de terceiros em relação à violência ou durante o ato violento, como medo, revolta e injustiça, o desejo em relação ao que deve ser feito com a agressora/acusada, a reação durante ou após a violência e as consequências (ou possíveis consequências) da violência para essas pessoas, como marcas físicas ou o impedimento de realizar tarefas do dia a dia. Observou-se que a subcategoria de maior prevalência foi a “reação da vítima”, sendo essa mais prevalente para o tipo de violência física ($f = 154$), patrimonial ($f = 13$) e psicológica ($f = 13$), já a “reação de terceiros” para o tipo sexual ($f = 2$) e a subcategoria de “reação da agressora/acusada” foi mais prevalente para o tipo de violência moral ($f = 1$) (Tabela 2). As violências física ($p < 0,001$), patrimonial ($p < 0,001$) e psicológica ($p = 0,005$) (Tabela 2) apresentaram nível de significância, não sendo possível realizar as estatísticas das violências moral e sexual em função da amostra ser muito reduzida.



Discussão

O estudo desenvolvido teve como objetivo analisar as representações sociais de violência contra a mulher praticada por outras mulheres, a partir de notícias veiculadas em um jornal capixaba. Compreendendo que as representações sociais são elaboradas e influenciadas pelas práticas cotidianas (JODELET, 1984; MOSCOVICI, 2020) e que a mídia tem papel fundamental na propagação e difusão de informações (ALEXANDRE, 2001), ao investigar as representações sociais de violência contra a mulher veiculadas em notícias de jornal pode-se alcançar quais mensagens têm sido transmitidas pelos meios de comunicação.

No fenômeno da violência contra a mulher praticada por outras mulheres os resultados observados indicaram a violência física como a mais representativa entre os tipos de violência, dando-se menor atenção às violências moral, patrimonial, psicológica e sexual. Percebe-se, portanto, a objetivação da violência contra a mulher nesse tipo de violência, contribuindo para a invisibilidade e silenciamento das demais violências (CRUZ, ESPÍNDULA, TRINDADE, 2017), bem como suas consequências para a saúde física e emocional das vítimas (FONSECA, RIBEIRO, LEAL, 2012). Segundo Acosta et al (2018), a violência física é a mais percebida e noticiada socialmente, pois deixa marcas físicas e é mais facilmente reconhecida. Em contrapartida, os estudos de Fonseca; Ribeiro e Leal (2012) e Silva; Coelho e Caponi (2007) indicaram maior ocorrência de violência psicológica nas relações, sendo destacada a dificuldade para identificá-la, uma vez que ela está “diluída em atitudes aparentemente não relacionadas ao conceito de violência” (SILVA, COELHO, CAPONI., 2007, p. 93). Além disso, a violência psicológica marca o início das agressões, aparecendo de maneira conjugada a outras violências (ACOSTA et al., 2018; SILVA, COELHO, CAPONI., 2007).

Em estudos conduzidos no campo da violência contra a mulher a partir da análise das representações sociais, a imagem evocada dos agressores (homens) é a de covarde, psicopata (CRUZ, ESPÍNDULA, TRINDADE, 2017; FONSECA, RIBEIRO, LEAL, 2012), monstro (CRUZ, ESPÍNDULA, TRINDADE, 2017; RIBEIRO, COUTINHO, 2011), canalha, agressivo e doente (FONSECA, RIBEIRO, LEAL, 2012), sendo esses elementos considerados negativos. Já a imagem da vítima surge associada aos ideais de mãe e esposa, frágil e dependente do parceiro (CRUZ, ESPÍNDULA, TRINDADE, 2017). Os resultados apresentados neste estudo corroboram os elementos negativos presentes no campo



representacional da agressora/acusada, observados a partir dos conteúdos de “quem é a agressora/acusada?”, ainda que essa seja mulher, e trazem a perspectiva de elementos positivos para a vítima, observados, por sua vez, a partir dos conteúdos de “quem é a vítima?”.

As representações sociais orientam práticas e comportamentos e encarar negativamente determinado grupo pode ocasionar ações discriminatórias (MOSCOVICI, 2020), fazendo com que a prestação dos diversos serviços voltados ao combate e à resolução das violências contra a mulher seja prejudicada (CRUZ, ESPÍNDULA, TRINDADE, 2017). Ou ainda, que políticas públicas voltadas para esse grupo não sejam elaboradas, desconsiderando assim a complexidade e as raízes históricas e culturais desse fenômeno firmadas no sistema patriarcal.

As causas que levam à prática de violência contra a mulher são diversas (CRUZ, ESPÍNDULA, TRINDADE, 2017; DIAS et al., 2020; FONSECA, RIBEIRO, LEAL, 2012; RIBEIRO, COUTINHO, 2011; ZANCAN, WASSERMANN, LIMA, 2013). Nos resultados encontrados, as “motivações para a violência” contra a mulher cometida por outras mulheres podem ser divididas em internas e externas (CORTEZ, SOUZA, 2008). Como motivações internas, tem-se algum tipo de conflito, o ciúme e a dificuldade da agressora/acusada em aceitar o término da relação, bem como a inveja, a vingança e a fofoca. Esses aspectos demonstram que, ao não aceitar situações nas quais uma outra mulher esteja envolvida, a solução encontrada é a violência, o exercício do poder e a coação sobre outra mulher.

Segundo Saffiotti (2015, p. 129), “os homens convertem sua agressividade em agressão mais frequentemente, que mulheres”. No entanto, a violência, principalmente a violência contra a mulher, não pode ser considerada um fenômeno unicamente masculino. Na assimetria que se constrói socialmente acerca dos gêneros, a mulher surge em condição de inferioridade (CORTEZ, SOUZA, 2008). Dessa forma, o homem, na condição de patriarca, teria o poder de controlar e determinar comportamentos e condutas, e de transmitir esse poder a outros sujeitos (SAFFIOTTI, 2001).

Ao agredir outras mulheres, em uma disputa por espaço ou por um homem, as mulheres agressoras reforçam a ideia machista e patriarcal de inferioridade e submissão da mulher, ainda que estejam na mesma condição social, se colocando no lugar de sujeito e objetificando a vítima. Esse tipo de conduta se mostra como um importante instrumento para a



manutenção do poder do grupo historicamente dominante, de modo que incentiva a disputa entre mulheres. Para Saffiotti (2001), portanto, a mulher, ao agredir outras mulheres e fortalecer esse sistema de dominação, não se faz cúmplice dos homens, pois esse fenômeno está “situado aquém da consciência”, sendo atravessado pelo poder masculino. Afinal, enquanto seres sociais, homens e mulheres são influenciados pela linguagem e pelas práticas culturais características da sociedade da qual fazem parte (HERZLICH, 1991), que, entre tantos produtos culturais, também atuam na produção de relações desiguais entre homens e mulheres (NÓBREGA et al., 2019), sendo potencialmente compartilhada por todos os sujeitos sociais, não apenas homens.

Além disso, foi possível perceber que o uso de álcool e outras drogas, bem como a situação financeira desempenham um papel importante para desencadear episódios de violência. Segundo Zancan, Wassermann e Lima (2013), a probabilidade de ocorrência de violência contra a mulher é aumentada quando os envolvidos estão sob efeito de álcool ou outras drogas, sendo essa representação social também apontada por outros estudos (CRUZ, ESPÍNDULA, TRINDADE, 2017; DIAS et al., 2020; RIBEIRO, COUTINHO, 2011).

O jornal, ao abordar a “trajetória do caso”, contribui, mesmo que indiretamente, para ilustrar os possíveis serviços destinados a atenderem mulheres vítimas de violência, sendo, muitas vezes, necessária a articulação de diversas instituições para a solução dos casos de violência (BRUNHN, LARA, 2016). Além disso, ao procurarem algum tipo de ajuda, as vítimas de violência se mostram dispostas a buscar mudanças e romperem com essa situação (CORTEZ, SOUZA, 2008), que causa vulnerabilidade, fragilidade, sofrimento e dor (ACOSTA et al., 2018). No entanto, como destaca Acosta et al (2018), até que se chegue nesse ponto, diversas outras situações violentas já ocorreram, tendo a mulher tentado, inicialmente, romper o ciclo sem a ajuda de algum serviço ou profissional. Ao não obter êxito, a mobilização de redes de apoio e/ou de serviços de enfrentamento à violência contra a mulher tornam-se recursos importantes à intervenção (ACOSTA et al., 2018).

Por fim, ao se referir aos sentimentos que a violência contra a mulher desperta na vítima ou na sociedade, o medo foi um dos mais frequentes (ACOSTA et al., 2018; DIAS et al., 2020; RIBEIRO, COUTINHO, 2011) e se configura, ao mesmo tempo, como impeditivo ou incentivo para tomada de alguma ação frente à violência. Ao abordar as



Quando a agressora é mulher:

representações sociais de violência contra a mulher na mídia impressa

296

consequências da violência contra a mulher, evidencia-se as marcas e danos deixados pela violência, que podem afetar diversos aspectos da vida da mulher vítima, como físico, social, econômico e emocional (FONSECA, RIBEIRO, LEAL, 2012; RIBEIRO, COUTINHO, 2011).

Considerações Finais

Neste estudo, objetivou-se analisar as representações sociais de violência contra a mulher praticada por outras mulheres, tendo como fonte de dados notícias veiculadas na mídia jornalística. Os resultados apontaram para a violência contra a mulher objetivada na violência física, apresentando conteúdo de caráter negativo ao se abordar a agressora/acusada e caráter positivo ao trazer as características das vítimas. Os casos de violência foram motivados por ciúme, conflitos e consumo de álcool e outras drogas. Demonstra-se os possíveis serviços destinados ao atendimento de mulheres vítimas de violência (tais como serviços de polícia, de saúde, justiça e segurança), além de abordar as dimensões afetivas e as consequências que essa violência pode trazer.

Destaca-se que este estudo pode ser considerado de cunho exploratório no que se refere à temática da violência contra a mulher que tem como agressora outra mulher, uma vez que foi investigado apenas um jornal capixaba, levando em conta os conteúdos manifestos pelas reportagens. Novas investigações são, portanto, importantes, a fim de compreender os campos representacionais acerca da violência contra a mulher, a partir da perspectiva de mulheres agressoras e de vítimas dessa violência. Apesar dessa limitação, os resultados encontrados estão de acordo com a literatura produzida sobre a temática e apontam para a necessidade de reflexão acerca da mulher que comete violência, contribuindo para desnaturalizar a violência como fenômeno unicamente masculino ao analisar as nuances que contribuem para o ato de violência.



Referências

ACOSTA, Daniele Ferreira; GOMES, Vera Lúcia de Oliveira; OLIVEIRA, Denize Cristina de; MARQUES, Sérgio Corrêa; FONSECA, Adriana Dora da. Representações sociais de enfermeiras acerca da violência doméstica contra a mulher: estudo com abordagem estrutural. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, [S.L.], v. 39, p. 1-8, 23 jul. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2018.61308>.

ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 111-125, jul. 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei Nº 11.340, de 07 de Agosto de 2006**: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 2006.

BRUHN, Marília Meneghetti; LARA, Lutiane de. Rota crítica: a trajetória de uma mulher para romper o ciclo da violência doméstica. **Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 70-86, 2016.

CABALOUÉ, Sophie. La violence conjugale lesbienne dans la géométrie insensée de l'amour de Susana Guzner. **Revista Psicologia e Saúde**, [S.L.], p. 119-123, 2 jul. 2014. Universidade Católica Dom Bosco. <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v6i1.334>.

CAJIGA, Yazmín Cuevas. Representaciones sociales en la prensa: aportaciones teóricas y metodológicas. **Sinéctica**, Tlaquepaque, n. 36, p. 1-19, jun. 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.



CHAUI, Marilena. O mito da não violência brasileira. In: ITOKAZU, Ericka Marie; CHAUI-BERLINCK, Luciana (org.). **Marilena Chaui sobre a violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 29-50.

CORTEZ, Mirian Béccheri; SOUZA, Lídio de. Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 171-180, jun. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-37722008000200006>.

CRUZ, Suzyelaine Tamarindo Marques da; ESPÍNDULA, Daniel Henrique Pereira; TRINDADE, Zeidi Araújo. Violência de Gênero e seus Autores: representações dos profissionais de saúde. **Psico-Usf**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 555-567, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712017220314>

GOMES, Vera Lúcia de Oliveira; SILVA, Camila Daiane; OLIVEIRA, Denize Cristina de; ACOSTA, Daniele Ferreira; AMARIJO, Cristiane Lopes. Domestic violence against women: representations of health professionals. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S.L.], v. 23, n. 4, p. 718-724, ago. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-1169.0166.2608>

FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 307-314, ago. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822012000200008>.

HERZLICH, Claudine. A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 57-70, 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312005000300004>.

JODELET, Denise. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, Serge (org.). **Psicología Social II: pensamiento y vida social, Psicología Social y problemas sociales**. Espanha: Paidós, 1984. p. 469-494.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2020.



NÓBREGA, Vannucia Karla de Medeiros; PESSOA JÚNIOR, João Mário; NASCIMENTO, Ellany Gurgel Cosme do; MIRANDA, Francisco Arnaldo Nunes de. Renúncia, violência e denúncia: representações sociais do homem agressor sob a ótica da mulher agredida. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 24, n. 7, p. 2659-2666, jul. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018247.16342017>.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, dez. 2008.

Organização Mundial da Saúde. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Recuperado de: <https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude-1.pdf>

RIBEIRO, Cristiane Galvão; COUTINHO, Maria da Penha de Lima. Representações Sociais de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica na Cidade de João Pessoa-PB. **Revista Psicologia e Saúde**, S.L., v. 3, n. 1, p. 52-59, jun. 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 16, p. 115-136, 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332001000100007>.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Ana Maria R.; CARIDADE, Sônia Maria M. Violência nas relações íntimas entre parceiros do mesmo sexo: estudo de prevalência. **Temas em Psicologia**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 1341-1356, 2017. Associação Brasileira de Psicologia. <http://dx.doi.org/10.9788/tp2017.3-19pt>.

SARAIVA, Evelyn Rúbia de Albuquerque; COUTINHO, Maria da Penha de Lima. Meios de comunicação impressos, representações sociais e violência contra idosos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 2, p. 205-214, jun. 2012.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica



Quando a agressora é mulher:

representações sociais de violência contra a mulher na mídia impressa

300

como condição da violência física doméstica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 11, n. 21, p. 93-103, abr. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-32832007000100009>.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira; ACIOLI NETO, Manoel de Lima; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Mídia e representações sociais: uma proposta de matriz teórico-metodológica. In: SOUZA, Sidclay Bezerra de; LUCENA, Juliana Maria Ferreira de; COSTA-FERNANDEZ, Elaine Magalhães; PEDROSA, Maria Isabel (org.). **Interação social e desenvolvimento humano**: vol. 2: pesquisa em psicologia - diversidade e modos de fazer. Recife: Ufpe, 2019. p. 225-250.

TRINDADE, Zeide Araujo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeide Araujo. **Teoria das Representações Sociais – 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 41-75.

VALA, Jorge. Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In: VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta (org.). **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. p. 457-502.

ZANCAN, Natália; WASSERMANN, Virginia; LIMA, Gabriela Quadros de. A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 63-76, jul. 2013.



When the aggressor is a woman: social representations of violence against women in the media

ABSTRACT: This study aimed to analyze the social representations of violence against women practiced by other women based on news articles published between 2006 and 2021 in a newspaper of the state of Espírito Santo. 726 journalistic pieces were collected, which grouped together, constituted 511 cases of violence against the woman. Data were analyzed based on content analysis, and the Monte Carlo multinomial test was subsequently performed for statistical analysis. In the content analysis, seven thematic categories were identified: description of the act of violence, who is the victim?, who is the aggressor/accused?, motivation for violence, relationship between victim and aggressor/accused, case trajectory, and affective dimension for victim, aggressor/accused and third parties in the face of the violence that occurred. The results pointed to the representation of violence against women practiced by another woman objectified in physical violence and allowed discussing the motivations for violence, the affective dimensions of violence, and the integration of services in caring for women victims of violence. There is a need to carry out new studies that have as research objects women who have assaulted or been assaulted by other women.

KEYWORDS: Violence against women. Media. Social representations.

Gabriela BASTIANELLO

*Graduada, mestra e doutoranda em Psicologia pela
Universidade Federal do Espírito Santo-UFES.*

E-mail: bastianellogabriela@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5109-7023>

Mariana BONOMO

*Professora do Departamento de Psicologia Social e do
Desenvolvimento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Federal do Espírito Santo-UFES.*

E-mail: mariana.bonomo@ufes.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3919-3976>

Julia Alves BRASIL



Quando a agressora é mulher:

representações sociais de violência contra a mulher na mídia impressa

302

Pesquisadora do Centro EIT/ISTIC da Universidade de Rennes e investigadora colaboradora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho/Portugal.

E-mail: julia.alves-brasil@univ-rennes.fr

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0445-1207>

Recebido em: 30/03/2023

Aprovado em: 30/10/2024